

**ATA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DAS CIDADES
CONCIDADES
REALIZADA NOS DIAS 14/09/2005 e 15/09/2005.**

Aos quatorze dias do mês de setembro de dois mil e cinco, às quinze horas, no auditório do Hotel St. Paul, situado no SHS – Setor Hoteleiro Sul – Quadra 02, Bloco H, na cidade de Brasília, Distrito Federal, realizou-se a sétima reunião ordinária do Conselho Nacional das Cidades (ConCidades) sob a presidência do Excelentíssimo Ministro das Cidades, Sr. Marcio Fortes de Almeida com a presença de 51 Conselheiros titulares, 21 suplentes e 10 Observadores, representados por 4 do Poder Público Federal, 3 do Poder Público Estadual, 7 do Poder Público Municipal, 17 de Entidades dos Movimentos Populares, 7 de Entidades Empresariais, 7 de Entidades de Trabalhadores, 4 de Entidades Profissionais, Acadêmicas e de Pesquisa, 2 de Entidades Não-Governamentais, conforme **Anexo I**. Na abertura dos trabalhos, o Presidente saudou a todos os presentes, compôs a mesa e informou que participou, em Nova Iorque, da reunião sobre as Metas do Milênio (metas 10 e 11) e de outras reuniões com representantes da Índia e da África do Sul; discorreu sobre as Conferências Municipais e Estaduais das Cidades, em que esteve presente, e nas quais defendeu a idéia de que o Governo Federal deverá ser o vetor catalizador das propostas concretas das Conferências. O Presidente apresentou oficialmente o Sr. Elcione Diniz Macedo como Secretário Executivo do Conselho Nacional das Cidades - ConCidades. A seguir leu a proposta de pauta e passou imediatamente a coordenação da reunião ao Sr. Elcione. O Coordenador verificou o quorum e abriu a reunião com o objetivo de apreciar a seguinte **pauta**: 1. Regulamentação da Lei 11.124/05 sobre a Política Nacional de Habitação de Interesse Social; 2. Regulamento da 2ª Conferência Nacional das Cidades; 3. Definição sobre os delegados indicados para a 2ª Conferência Nacional; e 4. Proposta de Resolução para Renovação dos Membros do Conselho Nacional das Cidades. O Coordenador da reunião colocou a pauta e a ata da última reunião do Conselho em votação, as quais foram aprovadas por unanimidade. Dando continuidade, solicitou que o Sr. Daniel Nolasco, da Secretaria Nacional de Habitação - SNH, fizesse a apresentação do primeiro ponto da pauta **1. Regulamentação da Lei 11.124/05 sobre a Política Nacional de Habitação de Interesse Social**. O Sr. Daniel Nolasco colocou os pontos discutidos no Comitê Técnico de Habitação. Terminada a apresentação, o Coordenador abriu a participação ao Plenário. O primeiro inscrito foi o Sr. Benedito Barbosa da CMP que explicou que no Comitê não houve a possibilidade de se debater o texto do decreto de regulamentação da Lei 11.124/05, e por isso, disse estar preocupado com o prazo de finalização do mesmo e dar início ao funcionamento do Fundo em 2006. Propôs a formação de um GT para se elaborar coletivamente um texto de decreto concomitante à reunião do ConCidades. O Sr. Eliomar Coelho da FRENAPUR disse que não se poderia colocar em votação a proposta de um decreto sem tê-lo conhecido e debatido anteriormente. O Sr. Nabil Bonduki da ANPUR falou ser fundamental que, até o final da reunião do Conselho, saísse o texto do decreto formulado pelo Grupo de Trabalho para aprovação de todos os segmentos; acrescentou que devia se aproveitar o Plenário para discutir as divergências existentes. O Sr. Marcos Augusto da CNC disse precisar de um documento base para ser analisado por todos e sugeriu que o GT seja composto pelo próprio Comitê de Habitação. O Coordenador tomou a palavra e sugeriu que o representante da Casa Civil, Sr. Wellington Pimenta, fizesse parte do GT proposto. Dando continuidade ao debate, o Coordenador passou a palavra ao Sr. Raul Carrion da UVB. Este argumentou que a apresentação realizada ao Plenário consistiu em normativas gerais e não em um decreto; disse que o Conselho deveria opinar sobre uma minuta de decreto. Acrescentou que associado à discussão da composição do Conselho Gestor deveria ser debatida a necessidade de remuneração ou o ressarcimento aos representantes do segmento do movimento popular, dessa forma garantir-se-ia a

participação dos mesmos e, conseqüentemente a representação paritária no Comitê Gestor. A Sra. Conceição Pereira da CNM fortaleceu a posição dos que a antecederam, declarando a necessidade de ser elaborado uma minuta de decreto e se inscreveu para participar do GT. O Coordenador passou a palavra ao Presidente, o qual esclareceu que existe um documento que serviu de ponto de partida para a discussão interna do MCidades. Este documento não foi apresentado por uma questão de estratégia no sentido de possibilitar uma negociação mais livre. Após a intervenção do Presidente, o Coordenador passou a palavra à Secretária Nacional de Programas Urbanos, Sra Raquel Rolnik. Esta sintetizou toda a discussão anterior lembrando que é importante ter-se pressa, e maturidade para esclarecer no texto os pontos problemáticos; afirmou que caso não se conseguisse terminar o texto não significaria que a discussão teria sido paralisada. Finalizou encaminhando a formação do GT com dez pessoas, cuja representação alcançaria todos os segmentos, composta por membros do Comitê de Habitação. O Coordenador da reunião propôs que os assessores jurídicos do MCidades subsidiassem a discussão do ponto de vista da elaboração legislativa. O Presidente completou afirmando que, havendo necessidade, far-se-á consulta formal à Advocacia Geral da União (AGU) para que o texto final não sofra inúmeras modificações. Wander Geraldo da CONAM diz ser legítima a vontade do ConCidades querer acompanhar de perto a elaboração da regulamentação, pois foram 13 anos de mobilização popular para conquistar a aprovação da Lei 11.124/05; acrescentou que as questões a serem levantadas em Plenário são as de cunho político como a paridade e a composição do Conselho Gestor. Divergiu sobre uma suposta proposta de composição que exclua os representantes dos governos estaduais e municipais da cota do Poder Público para colocá-los na cota da sociedade civil organizada, e finalizou declarando que deveria ser analisado e votado um texto em forma de decreto no Plenário, para que seu conteúdo não fosse modificado no processo. O Sr. Orlando Júnior da Fase sugeriu avançar a discussão em quatro temas específicos: sobre a competência, a composição, a dinâmica de funcionamento do Conselho Gestor e o ressarcimento das despesas dos membros do Movimento Popular. Propôs, lembrando a prática do ConCidades, que o GT fosse composto por um representante de cada segmento e dois dos movimentos populares. Sugeriu que, após a discussão em Plenário, o GT faça a sistematização e elabore o texto final. O Coordenador indicou como representantes do MCidades o Sr. Nelson Teixeira e o Sr. Daniel Nolasco da SNH, já afeitos à matéria. O Presidente sugeriu que o GT sistematizasse e elaborasse um novo texto, a partir dos pontos consensuados no Comitê de Habitação e das contribuições do Plenário, e trazido para a votação no dia seguinte. Logo após, a mesa abriu ao Plenário um momento para a sugestão de nomes para a composição do GT. Foi acatada a sugestão e o Coordenador solicitou ao Plenário que levantasse os pontos não consensuais. O Sr. Orlando Júnior da Fase apresentou proposta em relação ao funcionamento do Conselho Gestor, defendendo que o Conselho se reúna pelo menos uma vez por mês; que a convocação do Conselho fosse feita por ato do Presidente, mas em caso de convocação extraordinária, por 40% dos membros do Conselho Gestor; defendeu que fosse garantido o ressarcimento das despesas dos membros do movimento popular, como forma de garantir a presença e participação desse segmento nas reuniões. Apresentou uma proposta de composição – 20 integrantes, sendo 10 do poder público e 10 da sociedade civil, sendo que as 3 esferas de governo estariam incluídas no segmento Poder Público, e as 10 vagas da sociedade civil seriam distribuídas pelos segmentos da seguinte maneira - 04 para o movimento popular, 03 para os empresários, 01 para as organizações não-governamentais, 01 para os trabalhadores, 01 para as entidades profissionais e de pesquisa. O Sr. Benedito Barbosa da CMP sugeriu que o Conselho Gestor tenha controle sobre a viabilidade e monitoramento dos projetos a serem analisados pela Caixa Econômica. Demonstrou preocupação com a falta de recursos do FNHIS e com a sugestão do Ministro Marcio Fortes em deixar em aberto para o Conselho negociar com o Congresso Nacional a destinação de recursos. Lembrou que apesar da Resolução nº 33 do ConCidades e da reunião tida com o Presidente da República, na

qual foi garantido 600 milhões do Orçamento Geral da União para o FNHIS e onde o Ministro Paulo Bernardo tentaria atingir a quantia de 1,2 bilhões solicitados, a informação atual é que os recursos aportados estão na ordem de 110 milhões. O Sr Miguel Lobato da MNLM resgatou os 13 anos da histórica luta dos movimentos sociais para a criação do FNHIS. Disse que o FNHIS deve ser debatido primeiro sob o ângulo de sua concepção, não sendo, portanto, um Fundo que trave as formas de acesso à moradia popular como o Crédito Solidário e a Carta de Crédito. Ressaltou que na sua regulamentação, o Fundo deve fortalecer o papel das cooperativas e associações, além de buscar o controle social. O Sr. Luiz Carlos da CONAM disse que debater as competências e a composição do Conselho Gestor são fundamentais para a política do mesmo. O Sr Saulo Manoel da UNMP disse ser preocupante que o Governo não previsse para o FNHIS, nem mesmo 10% do montante acordado entre os Ministérios das Cidades e do Planejamento. Sobre a proposta de composição do Conselho Gestor defendeu que o poder público englobe as 3 esferas de governo. O Sr. Ênio Nonato da CONAM observou a necessidade da afirmação da atuação dos movimentos populares no processo de construção do Conselho Gestor e que o Governo consciente do papel dos movimentos garantiu na Lei 11.124/05 a participação desse segmento. Lembrou que a mesma lei coloca que os Conselhos Locais e Estaduais tenham no mínimo 25% de participação dos movimentos populares, portanto, concluiu que para ser coerente é necessário que o Conselho Nacional siga a mesma proporção. O Sr. Nabil Bonduki da ANPUR propôs que o Conselho Gestor se reúna bimestralmente ou trimestralmente, com reuniões extraordinárias, quando for preciso. Apresentou preocupação com a não descaracterização do Fundo que é de investimento para custeio, logo, o ressarcimento das despesas do movimento popular deve ser previsto na dotação do MCidades; defendeu a paridade entre o poder público (nas 3 esferas) e sociedade civil e que os municípios deveriam ter uma maior representatividade no Conselho Gestor, propondo 2 ou 3 representantes. Achou necessário que todos os segmentos do ConCidades fossem representados no Conselho Gestor; frizou que o Conselho deveria ser descentralizado, cabendo aos Conselhos Municipais e Estaduais debater e aprovar projetos. O Sr. Marcos Augusto da CNC usou de sua fala para conclamar o Presidente a resolver o impasse criado; houve consenso no Comitê de Habitação que a representação dos estados e municípios está dentro do segmento do poder executivo, e esse consenso é contrário ao da Casa Civil, que colocou a representação dos estados e municípios dentro do segmento sociedade civil. Sugeriu uma consulta à Casa Civil para resolução do impasse criado. O Presidente solicitou a palavra respondendo que a lei precisa ser regulamentada de acordo com uma interpretação da AGU. Propôs-se a encaminhar à consultoria jurídica do MCidades, que é formada por componentes da AGU, a solicitação de um parecer formal sobre o assunto. O Sr. Raul Carrion da UVB disse que não depende de consulta à AGU, pois a definição de poder público não está na constituição, e tem que ser feita no Decreto. Apresentou proposta de composição com 50% para o poder público e 50% para a sociedade civil. Defendeu que o poder público contemple os 3 níveis de governo; e a periodicidade bimestral e que possa ser convocado também por 40% dos conselheiros. O Presidente pediu a palavra e lembrou que na reunião do GT participarão dois advogados do Ministério das Cidades. O Sr. Marco Antônio da CBIC defendeu a proposta de composição do Conselho Gestor com 16 membros, sendo 08 do poder público e 08 da sociedade civil onde 04 seriam vagas para usuários; 03 para o setor de produção e 01 vaga para negociar com os outros segmentos. O Sr. Alexandre Canuto do Governo do Estado de Minas Gerais defendeu a inclusão dos governos estaduais e municipais na cota do Poder Público para que o Conselho Gestor seja efetivamente paritário. Propôs para a proposta de 10 membros do poder público: 04 do governo federal, 03 dos estados e 03 dos municípios. A Secretária Nacional de Programas Urbanos, Sra Raquel Rolnik sistematizou ponto a ponto os consensos para o GT trabalhar, permanecendo só o dissenso da composição e paridade do Conselho Gestor. O Sr. Orlando Júnior da FASE falou que não há consenso no item competência do Conselho Gestor, opinando que este não devia só definir critérios, mas

também analisar as propostas encaminhadas ao Conselho Gestor. O Sr. Nabil Bonduki da ANPUR propôs que não se incluía nas competências do conselho gestor a seleção de propostas estaduais e municipais. A referida atribuição deve ser dos conselhos gestores dessas esferas da Federação; sugeriu periodicidade trimestral e a convocação extraordinária fosse feita por ato do Presidente ou por 40% dos conselheiros. O Sr. Clovis Filho da Frente Nacional de Saneamento Ambiental encaminhou à mesa parecer jurídico solicitado pelo presidente da Cohapar, sobre a interpretação de Poder Executivo, para contribuir com o trabalho do GT. O Coordenador encerrou a discussão e encaminhou o segundo ponto de pauta. **2. Regulamento da 2ª Conferência Nacional das Cidades.** A Secretaria Executiva do Conselho das Cidades apresentou uma proposta de Regulamento que foi lida e debatida item a item. Após o debate foi aprovado por unanimidade. (vide site do Midades versão já aprovada pela 2ª Conferência). Iniciando o 3º ponto da Pauta: **3. Definição sobre os delegados indicados para a 2ª Conferência Nacional,** a Sra Grazia de Grazia, da Secretaria Executiva do ConCidades, informou que na última reunião da Coordenação Executiva da 2ª Conferência Nacional das Cidades, havia sido formulado uma proposta de prazo, 25/10/2005, para que as entidades apresentassem as listas dos delegados indicados à 2ª Conferência. O Plenário concordando com a proposta se comprometeu em definir as entidades a partir do debate em cada segmento, após os trabalhos do dia. O Presidente suspendeu a reunião lembrando os pontos da pauta pendentes. No dia seguinte, aos quinze de setembro de dois mil e cinco, reiniciou a sétima reunião do ConCidades sob a Presidência do Excelentíssimo Ministro Marcio Fortes de Almeida, que saudou a todos os presentes, convidando para compor a mesa o Deputado Sr. Israel Ribeiro, o Secretário Executivo do MCidades, Sr. Felipe Mendes, o Secretário Nacional de Saneamento Ambiental, Sr. Abelardo de Oliveira, a Sra Raquel Rolnik, Secretária Nacional de Programas Urbanos, o Secretário Executivo do ConCidades, Sr. Elcione Diniz Macedo e a Sra Grazia de Grazia, Assessora de Relações Comunitárias da SeConCid. O Presidente justificou sua possível ausência em momentos da Plenária em que será substituído pelo Secretário Executivo, o Sr. Felipe Mendes, e passou a palavra ao Coordenador que iniciou de imediato os trabalhos, lembrando que seria retomado o primeiro ponto da pauta do dia anterior. Solicitou ao Sr. Luciano Rodas, da SNH, que relatasse a reunião do GT, ocorrida na noite anterior, sobre a proposta de Decreto do Conselho Gestor do FNHIS. O GT usou a minuta elaborada pela SNH para sugerir as alterações. Sr. Luciano leu item por item, apontando os pontos não consensuados. Logo após a Secretária Nacional de Programas Urbanos, Sra Raquel Rolnik, sugeriu como encaminhamento que fosse examinado e aprovado o conjunto do texto, destacando apenas as questões sobre a composição do Conselho Gestor. Sugeriu ainda que após o recebimento do parecer da AGU fosse convocado novamente o GT para, em conjunto com o MCidades e a Casa Civil, fechar o texto definitivo. Aberta a discussão o Sr. Benedito Barbosa da CMP questionou a falta do material impresso para análise da Plenária. O Sr. Ênio Nonato da CONAM, que participou do GT, informou que foi consenso na reunião que a lei define que o Governo Federal tem autoridade para definir a composição; acrescentou que o Plenário pode chegar a um denominador comum se debater e votar a interpretação de paridade e a composição da parte que cabe à sociedade civil. O Sr. Miguel Lobato do MNLM reafirmou sua fala do dia anterior dizendo que o que está em jogo é a concepção de controle social; opinou que não se deve esperar parecer da AGU, já que a Lei 8.142/90 regulamenta o controle social no Sistema Único de Saúde no Brasil. O Sr. Nabil Bonduki da ANPUR reiterou que o decreto em discussão regulamenta só o Fundo, necessitando de outro decreto que regulamente o funcionamento do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social; acrescentou que essas questões devem ser objeto de debate no âmbito do Comitê de Habitação do ConCidades. O Sr. Nabil Bonduki da ANPUR opinou que a definição do formato e adesão dos estados e municípios no SNHIS é uma discussão mais ampla que não deveria ser regulamentado nesse decreto. A Sra Neusa Santos da UVB discorreu que se deve definir um prazo para adesão ao SNHIS, sugerindo um prazo de 6 meses,

compelindo, dessa forma a participação dos Estados. O Secretário Nacional de Saneamento Ambiental, Sr. Abelardo de Oliveira, esclareceu que para obter recursos do Fundo o município terá que, obrigatoriamente, aderir ao Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social. A Sra Raquel Rolnik, Secretária Nacional de Programas Urbanos, assinalou que a intenção é fortalecer a adesão dos Estados, porém, esclareceu, que a adesão é voluntária, mas quem não adere não recebe os recursos. O Sr. Miguel Lobato do MNLM disse que o problema é que está se regulamentando primeiro o Fundo para depois debater o Sistema, logo, concluiu, que na próxima reunião do ConCidades, deverá ser pautado a regulamentação do Sistema. O Sr. Raul Carrion da UVB sugeriu desmembrar a redação e tratar um inciso sobre a forma de adesão e outro sobre o prazo, o qual deve estar em acordo com o Artigo 24 da Lei 11.124/05. O Sr. Marcos Netto da CNC sugeriu que no inciso X se inclua que a definição de outras competências é do Conselho Gestor e não um órgão central do sistema. A Sra Raquel Rolnik, Secretária Nacional de Programas Urbanos, assinalou que de fato é o Conselho Gestor do Fundo que concede mais atribuições à Caixa Econômica Federal, no seu papel de agente operador do Fundo. O Coordenador colocou esse item em votação, sendo aprovado por unanimidade. Encerrada as inscrições, o Coordenador colocou em votação os artigos da minuta de decreto acrescidos dos destaques do Plenário. Foram aprovados todos os pontos consensuados por unanimidade. Dando continuidade, o Coordenador abriu as inscrições para o debate sobre a composição do Conselho Gestor. O Sr. Orlando Júnior da FASE reforçou que para o FNUR é inadmissível que o Conselho Gestor não tenha composição paritária e assinalou que, em relação à composição, pode-se chegar a um consenso, dentro do segmento poder público e bem como da sociedade civil. Acrescentou que a paridade é objeto de princípio e deve ser votada hoje sem consulta a nenhum órgão ou assessoria jurídica. O Presidente Substituto colocou que o texto está mal redigido, havendo dubiedade no termo poder executivo, portanto, deve ser submetido à esfera jurídica do Governo, para melhor precisar os termos. O Sr. José Leite da CMP disse ser útil para o debate levar em consideração a Lei 8.142/90 do SUS, pois esta passou pela Casa Civil e fala exatamente de paridade e de democracia. O Sr. Benedito Barbosa da CMP sugeriu votar primeiro a questão da paridade e depois a composição do Conselho Gestor, facilitando assim o entendimento das questões. O Coordenador reforçou que a natureza da paridade tem de ser submetida à uma discussão posterior e, portanto, foge do controle da Plenária. A Sra. Emília Correia da SNH afirmou ter dois pareceres jurídicos que se chocam; dessa forma, deve-se encaminhar à AGU e aguardar uma definição. O Sr. Vidal Barbosa da UNMP declarou que tem muitas coisas pra fazer em seu Estado de origem para vir às reuniões do ConCidades e perceber que as decisões tiradas são desrespeitadas. Sr. Nabil Bonduki da ANPUR afirmou que a decisão a ser tomada pelo Conselho é uma decisão política e que o poder executivo deve envolver os estados e municípios num sistema descentralizado. Afirmou ainda que quando se refere à política habitacional, os executores são os 3 níveis da Federação e o Conselho Gestor deve refletir isso. O Sr. Saulo Manoel da MNLM disse que gostaria que o MCidades, porta de diálogo com o governo, sensibilizasse setores do Governo, tornando-se de fato um interlocutor dessa política. A Sra. Neusa Santos da UVB opinou que o Conselho deve ser paritário e que as deliberações do mesmo devem ser instrumento de diálogo dentro do Governo. Disse ainda que o MCidades é uma das vitrines do Governo Lula; concluiu solicitando aos advogados que busquem uma maneira de respaldar as decisões do coletivo. O Sr. Raul Carrion da UVB disse que o Plenário deveria votar essa questão e declarou que a lei é clara ao dizer que 50% é da sociedade civil e 50 % do Poder Executivo. O Sr. Wander Silva da CONAM disse ser uma afronta à Lei e um retrocesso se for colocado parte do segmento poder público junto com a sociedade civil (governos estaduais e municipais); disse que o Presidente Lula em audiência com os movimentos sociais afirmou: “que o Governo tem a marca da ampliação da participação popular nas esferas de decisões, e ele quer torná-la uma política de Estado”, e conclui que é necessário que essa política seja institucionalizada em todos os ministérios. O Sr. Carlos

Eduardo Marun da FRENAVRU declarou que aguardar um parecer da AGU é protelação desnecessária. A Sra Emília Correia da SNH disse que a discussão não termina com a votação e que o Comitê de Habitação acompanhará a discussão na esfera federal. O Sr. Orlando Júnior da FASE solicitou à mesa que colocasse a proposta para votação - o Conselho Gestor com composição paritária, 50% da sociedade civil e 50% dos poderes executivos, englobando os três entes federados. Encaminhada a votação pelo Coordenador foi aprovada por maioria absoluta. O representante do MCidades se absteve de votar. O Coordenador iniciou o quarto ponto da pauta **4. Proposta de Resolução para Renovação dos membros do Conselho das Cidades**. Solicitou a leitura e discussão da minuta de Resolução que complementa o Regimento Interno do ConCidades, elaborado pela Secretaria Executiva. A Sra Grazia de Grazia, da SeConCid, informou que tem problemas para definir o conceito de entidades nacionais, na medida que cada segmento tem critérios diferenciados. Por isso, a resolução propõe que a definição de entidade nacional seja de responsabilidade de cada segmento. Colocada em votação a Resolução Normativa Nº 1 (**Anexo II**) foi aprovada por unanimidade. O Coordenador solicitou que os representantes dos Comitês Técnicos fizessem os relatos das discussões dos respectivos comitês. O Secretário Nacional de Saneamento Sr. Abelardo de Oliveira iniciou informando a respeito do Programa Saneamento para Todos, que vai facilitar o acesso ao saneamento básico pois reúne todos os programas existentes em um único programa. Esclareceu haver solucionado o problema com o Excelentíssimo Ministro Marcio Fortes sobre a possível redução dos quadros do PMSS, não sendo necessária a aprovação de uma Resolução. Terminou os informes solicitando ao conselheiro Orlando Júnior que apresentasse as Resoluções propostas pelo Comitê de Saneamento. A primeira Resolução sugere o desenvolvimento de um programa de sensibilização sobre saneamento ambiental e planejamento. Após apresentada e debatida, a Resolução Recomendada Nº 2 (**Anexo III**) foi aprovada por unanimidade. A Resolução seguinte foi aprovada, por unanimidade - Resolução Recomendada Nº 4 - (**Anexo IV**). Esta resolve que o MCidades continue a observar os critérios para alocação dos recursos do OGU, para o programa de saneamento e regiões metropolitanas definidos para os anos de 2005 e 2006. O Sr. Orlando Júnior levou também à votação a solicitação do Comitê de Saneamento para que o ConCidades convidasse o Ministério da Fazenda para discutir junto ao Comitê as previsões orçamentárias do FGTS e do FAT. O Sr. Miguel Lobato do MNLM informou sobre seminário que acontecerá na Câmara dos Deputados sobre o Marco Regulatório de Saneamento Ambiental e aproveitou para sugerir que o MCidades não meça esforços para que todo o Comitê de Saneamento esteja presente e que viabilize a participação dos membros do movimento social. O Sr. Abelardo de Oliveira disponibilizou-se a verificar essa possibilidade com a Sub-Secretaria de Orçamento e Administração do MCidades. O Coordenador da mesa, continuando os trabalhos, solicitou a Sra Emília Correia, da SNH, que relatasse a reunião do Comitê de Habitação e apresentasse a proposta de resolução aprovada pelo mesmo. Foi lida a proposta de Resolução que recomendava que o MCidades desenvolva ações no sentido de garantir a expansão do universo das instituições participantes do programa de subsídio a habitação de interesse social – PSH, intercedendo para que nos próximos leilões fossem revistas as obrigatoriedades, preservando assim a política de atendimento à maior parcela da população de menor renda que compõe o déficit habitacional brasileiro. Feitos os esclarecimentos necessários, a Resolução Recomendada Nº 1(**Anexo V**) foi colocada em votação e aprovada por unanimidade. O Coordenador pediu a palavra e se desculpou por ter que se ausentar para ir à Conferência Estadual de Mato Grosso. A Sra Secretária Nacional de Programas Urbanos, Raquel Rolnik, pediu a palavra para informar que o Ministro das Cidades Marcio Fortes entrou em contato com o Ministro do Planejamento Paulo Bernardo para falar sobre a proposta orçamentária para o FNHIS e a resposta obtida foi que os 450 milhões do PSH foram incluídos nos 600 milhões prometidos ao Fundo erroneamente. O Ministro Paulo Bernardo se comprometeu a reconstituir os 600 milhões mediante negociação no Congresso. A Sra. Marli da UNMP apresentou sua

preocupação com o fato de que a proposta do Plenário, através da Resolução nº 33, era para se chegar ao montante de R\$ 1,2 bilhão. Solicitou a ajuda do Ministro Marcio Fortes para conseguir a referida quantia. O Sr. Benedito Barbosa da CMP disse que é necessário mobilizar o Congresso e marcar audiência com o Ministro Paulo Bernardo. A Sra. Neusa Santos da UVB disse que a reparação do erro é feita com uma emenda corretiva a ser enviada pelo Presidente ao seu líder na Câmara. O Sr. Carlos Eduardo Marun assinalou que o governo precisa demonstrar que quer solucionar o problema. A Sra. Valdelene Lima da CMP disse que erros dessa natureza custam a vida de muitas pessoas. O Sr. Orlando Júnior da FASE em sua fala disse achar importante um pedido de desculpas do governo aos movimentos populares; que deve ficar claro que o erro não é do MCidades; sugeriu criar uma comissão do ConCidades para acompanhar o diálogo com o Ministério do Planejamento a fim de garantir o reparo do referido erro. O Sr. Nabil Bonduki da ANPUR pediu a palavra e disse ser preciso ficar claro que são dois processos diferentes - um é a correção de um erro e o outro é lutar pela quantia de R\$ 1,2 bilhão. A Secretária Nacional de Habitação, Sra. Inês Magalhães esclareceu que tem aproximadamente R\$ 300 milhões do FAS – Fundo de Assistência Social e que o PSH nessa fase de transição está fora do Fundo. A Secretária Nacional de Programas Urbanos, Sra. Raquel Rolnik, esclareceu que a luta permanece pelo valor de R\$ 1,2 bilhão e para isso é preciso reconstruir a quantia de R\$ 450 milhões a mais no OGU. O Sr. Raul Carrion da UVB lembrou a resolução aprovada na 6ª reunião do ConCidades que solicitava R\$ 1,2 bilhão e disse que nem a resolução nem o compromisso assumido pelo Presidente estão sendo honrados; levantou a necessidade de se fazer nova resolução reiterando a anterior. O Sr. Benedito Barbosa da CMP apresentou proposta de resolução que solicita o cumprimento da destinação de R\$ 600 milhões do OGU para o FNHIS. Esta Resolução Recomendada Nº 3 (**Anexo VI**), após alguns ajustes na redação, foi aprovada por unanimidade. O Presidente Substituto finalizou a reunião em nome do Presidente do Conselho desejando a todos um bom retorno.

Marcio Fortes de Almeida

Presidente